



**PROJETO LEI COMPLEMENTAR Nº 03 / 2022**

CONCEDE REMISSÃO DO IMPOSTO  
PREDIAL E TERRITORIAL URBANO -  
IPTU INCIDENTE SOBRE IMÓVEIS  
EDIFICADOS ATINGIDOS POR  
ENCHENTES E ALAGAMENTOS  
CAUSADOS PELAS CHUVAS  
OCORRIDAS NO MUNICÍPIO DE  
TIMBAÚBA.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA**, Estado de Pernambuco, faz saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que submete a análise da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de lei complementar:

**Art. 1º** - Ficam remetidos, vedada a restituição de quaisquer quantias recolhidas a esse título, os créditos tributários do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para o exercício de 2022, relativos aos valores nominais emitidos mediante a respectiva notificação de lançamento deste exercício incidente sobre imóveis edificadas atingidos por enchentes, alagamentos e desmoronamentos causados pelas chuvas ocorridas no Município de Timbaúba neste último mês de maio.

**§ 1º.** A remissão se dará em favor dos proprietários/responsáveis tributários dos imóveis que foram atingidos e desde que exista atestado emitido pela Secretaria Municipal de Defesa Social.

**§ 2º.** Para os contribuintes beneficiários que já efetuaram o pagamento total ou parcial, o Município deverá compensar automaticamente na notificação de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2023.

**Art. 2ª** - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

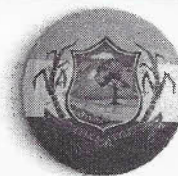
Gabinete do Prefeito

Timbaúba/PE, 05 de setembro de 2022.

MARINALDO ROSENDO Assinado de forma digital por  
DE MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:408060 ALBUQUERQUE:40806022434  
22434 Dados: 2022.09.05 11:12:46  
-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**

Prefeito Municipal



## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor  
Vereador(a) Josinaldo Barbosa de Araújo  
Presidente da Câmara Municipal de Timbaúba.

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter para deliberação e apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, Projeto de Lei Complementar que CONCEDE REMISSÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU INCIDENTE SOBRE IMÓVEIS EDIFICADOS ATINGIDOS POR ENCHENTES E ALAGAMENTOS CAUSADOS PELAS CHUVAS OCORRIDAS NO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA.

O presente projeto de lei tem por escopo amenizar o flagelo das vítimas de enchentes no município de Timbaúba.

Face ao exposto, na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração, apresentamos o projeto em questão.

Atenciosamente,

MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806  
022434

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2022.09.05 11:10:27  
-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER FAVORÁVEL**

**RELATÓRIO:**

Recebemos para lavrar parecer o Projeto de Lei Complementar nº 03/2022, de autoria do Poder Executivo Municipal, que concede remissão do imposto predial e territorial urbano – IPTU incidente sobre imóveis edificados atingidos por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no município de Timbaúba.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 18, prevê que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, especificando que todos são autônomos, ou seja, lhes confere capacidade para instituir a organização, legislação, a administração e o governo próprios.

A competência para legislar, instituir e arrecadar tributos é competência do município, conforme os incisos I e III, do art. 30 da Constituição Federal

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - ...*

*III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;*

*...”*

*(grifo nosso)*

Assim, a medida que a proposição em tela busca instituir é assunto de interesse local e está de acordo com a competência constitucional prevista





**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

no art. 30, III, da CF/88, haja vista que o IPTU é tributo de municipal, portanto, de sua competência.

Assim sendo, em se tratando de matéria tributária de interesse do município, inclusive para fins de isenção ou remissão, o projeto de lei em análise se encontra adequado aos preceitos constitucionais.

O projeto de lei não recebeu emendas.

É o relatório!

**VOTO**

Ante o exposto, considerando que a proposição atende ao disposto no art. 30, I, III, da Constituição Federal, esta comissão opina pela **constitucionalidade e legalidade do presente projeto de Lei.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 12 de setembro de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
MARCOS ANTONIO FERREIRA  
Presidente

\_\_\_\_\_  
FELIPE GOMES FERREIRA LIMA  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ BERNARDO DE FARIAS  
Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER FAVORÁVEL**

**RELATÓRIO:**

Recebemos para lavrar parecer o Projeto de Lei Complementar nº 03/2022, de autoria do Poder Executivo Municipal, que concede remissão do imposto predial e territorial urbano – IPTU incidente sobre imóveis edificados atingidos por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no município de Timbaúba.

Compete à esta Comissão a análise de projetos de lei que versem sobre matéria orçamentária e tributária, como é o caso presente.

Verifica-se que a proposição busca instituir a remissão do IPTU no município de Timbaúba para aqueles sofreram com as chuvas e enchentes no último mês de maio do corrente ano.

Trata-se de medida que visa amenizar os transtornos ocasionados naquela ocasião.

Importante ressaltar que a proposição, em seu art. 1º, § 2º, prevê a compensação no lançamento tributário de 2023 para aqueles contribuintes que já efetuaram o pagamento total ou parcial do tributo, fazendo, assim, justiça fiscal.

O projeto de lei não recebeu emendas.

É o relatório!



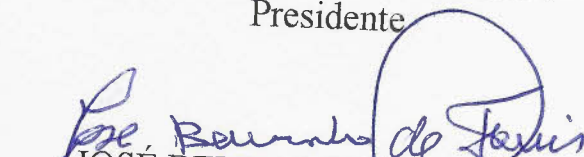
**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**VOTO**

Ante o exposto, considerando que a proposição, no mérito, atende aos princípios da justiça fiscal e social, esta comissão opina pela **aprovação do presente projeto de Lei.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 12 de setembro de 2022.

  
TARCISIO BATISTA DA SILVA  
Presidente

  
JOSÉ BERNARDO DE FARIAS  
Membro

  
MARCOS ANTONIO FERREIRA  
Membro